

Será difícil adotar uma solução rápida

BRASÍLIA — O governo não dispõe de instrumentos que possam baixar a inflação no curto prazo. Todas as medidas alinhavadas pela equipe econômica ao longo da semana e que foram discutidas com o presidente Sarney poderão, na melhor das hipóteses, evitar que o índice ultrapasse a barreira dos 25%. Mas dentro do próprio governo há quem aposte que a inflação de outubro irá mais longe.

Um "choque de oferta" de alimentos, como defende o Palácio do Planalto, mediante a importação e liberação de estoques em poder do governo, não será capaz de produzir grandes resultados. Até porque, argumentam alguns técnicos, a escalada dos preços dos alimentos está concentrada basicamente na carne e no feijão preto. Mesmo com estímulo à importação desses produtos, entre a decisão de compra e a colocação no varejo, há uma demora de cerca de dois meses. No caso da carne, que no atacado dobrou de preço nos últimos 30 dias, a situação é ainda mais delicada: a importação está liberada há muito tempo, mas ninguém se interessa, porque os preços em países como a Argentina e Uruguai estão ainda mais altos.

A contenção de tarifas públicas também é um recurso limitado. Segundo fontes do Ministério da Fazenda, o efeito dessa medida sobre o défi-

cit público seria desastroso, pois comprometeria as metas estabelecidas no acordo com o Fundo Monetário Internacional. Para se ter uma idéia da limitação dessa alternativa, o Banco Mundial tem se mostrado intransigente na concessão de empréstimos ao setor elétrico, vinculando a liberação de parcelas de contratos já assinados à concessão de aumentos reais nas tarifas. Não foi por outro motivo que em agosto as tarifas de energia elétrica subiram 44%, percentual necessário para recompor a perda de julho, quando o governo segurou o aumento para conter a inflação.

Alguns economistas do governo defendem a tese de que a opção é "continuar no jogo de paciência" que caracteriza a atual política econômica: combater o déficit público para, aos poucos, neutralizar o que consideram o principal foco de pressão inflacionária. Outros argumentam em favor do redutor de preços e salários proposto pelo ex-ministro Mário Henrique Simonsen. Mas uma medida dessas, refletem esses economistas do governo, só teria sucesso dentro do pacto em negociação entre trabalhadores e empresários. O redutor seria uma maneira eficiente de trocar a inflação passada pela expectativa de inflação futura para reajustar preços e salários.